


Esta obra está licenciada  
com uma Licença Creative  
Commons Atribuição-Não  
Comercial-Compartilha  
Igual 4.0 Internacional.

**Bruno Moreira Riani Costa**   
Programa de Pós-Graduação em  
Geografia da UNESP - Rio Claro  
São Paulo, Brasil.  
[bruno.riani@unesp.br](mailto:bruno.riani@unesp.br)

Artigo recebido em:  
21/06/2022

Artigo aprovado em:  
27/10/2022

Artigo publicado em:  
01/12/2022

## Modos de intercâmbio, metabolismo e formações sociais: contribuições do esquema de Kojin Karatani para pensar a dimensão espacial

*Modes of exchange, metabolism and social formations: contributions from Kojin Karatani's framework to think about the spatial dimension*

*Modos de intercambio, metabolismo y formaciones sociales: aportes desde el esquema de Kojin Karatani para pensar la dimensión espacial*

*Modes d'échange, métabolisme et formations sociales: apports du cadre théorique de Kojin Karatani pour penser la dimension spatiale*

### RESUMO

Filósofo marxista e crítico literário, Kojin Karatani é amplamente considerado um dos mais importantes teóricos japoneses da atualidade. Suas perspectivas inovadoras passaram a ser disseminadas no debate acadêmico ocidental à medida que algumas de suas obras foram traduzidas para a língua inglesa. Dentro desse quadro, mereceram destaque os argumentos contidos em seu livro *The Structure of World History*, em que o autor propõe releituras de certas categorias marxianas colocadas em perspectiva na tentativa de uma reinterpretação da história universal. Sua proposta de tratar sobre *modos de intercâmbio* e sua recuperação do conceito de metabolismo para descrever a relação estabelecida entre sociedade e natureza, por exemplo, estão entre algumas de suas contribuições. Nesse sentido o presente artigo intenta apresentar de maneira sumariada algumas das ideias contidas no esquema de Karatani, buscando apontar como poderiam ser mobilizadas para contribuir com certos debates caros à Geografia.

**PALAVRAS-CHAVE:** metabolismo; modos de intercâmbio; geografia.

### ABSTRACT

Marxist philosopher and literary critic, Kojin Karatani is widely considered one of the most important Japanese theorists of our time. Some of his innovative perspectives began to be disseminated in Western academic debate as some of his works were translated into the English language. Within this framework, the arguments contained in his book *The Structure of World History* were highlighted, in which the author proposes re-readings of certain Marxian categories placed in perspective in an attempt to reinterpret universal history. His proposal to deal with *modes of exchange* and his recovery of

the concept of metabolism to describe the relationship established between society and nature, for example, are among his contributions. In this sense, the present article intends to present in a summarized way some of the ideas contained in Karatani's theoretical scheme, seeking to point out how they could be mobilized to contribute to certain debates in geography.

**KEYWORDS:** metabolism; modes of exchange; geography.

## RESUMEN

Filósofo marxista y crítico literario, Kojin Karatani es considerado uno de los teóricos japoneses más importantes de nuestro tiempo. Sus innovadoras perspectivas comenzaron a difundirse en el debate académico occidental a medida que algunas de sus obras fueron traducidas al inglés. En ese marco, se destacaron los argumentos contenidos en su libro *The Structure of World History*, en el que el autor propone relecturas de ciertas categorías marxistas puestas en perspectiva en un intento de reinterpretar la historia universal. Su propuesta para tratar los *modos de intercambio* y su recuperación del concepto de metabolismo para describir la relación que se establece entre sociedad y naturaleza, por ejemplo, son algunas de sus aportaciones. En ese sentido, el presente artículo pretende presentar de manera resumida algunas de las ideas contenidas en el esquema de Karatani, buscando señalar cómo podrían ser movilizadas para contribuir a ciertos debates en Geografía.

**PALABRAS-CLAVE:** metabolismo; modos de intercambio; geografía.

## RÉSUMÉ

Philosophe marxiste et critique littéraire, Kojin Karatani est largement considéré comme l'un des théoriciens japonais les plus importants de notre époque. Ses perspectives novatrices ont commencé à être diffusées dans le débat universitaire occidental lorsque certaines de ses œuvres ont été traduites en anglais. Les arguments contenus dans son livre *The Structure of World History* ont été mis en lumière, dans lequel l'auteur propose des relectures de certaines catégories marxistes mises en perspective dans une tentative de réinterprétation de l'histoire universelle. Sa proposition de traiter des *modes d'échange* et sa récupération du concept de métabolisme pour décrire la relation établie entre la société et la nature, par exemple, font partie de ses apports. En ce sens, le présent article entend présenter de manière résumée certaines des idées contenues dans le schéma théorique de Karatani, en cherchant à indiquer comment elles pourraient être mobilisées pour contribuer à certains débats en géographie.

**MOTS-CLÉS:** métabolisme; modes d'échange; géographie.



Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e  
do Departamento de Geografia  
da UFES

Volume 2, n. 35  
Julho-Dezembro, 2022  
ISSN: 2175-3709

## INTRODUÇÃO

O presente artigo trata sobre contribuições do crítico literário e filósofo marxista japonês Kojin Karatani – consideradas inovadoras dentro do quadro do marxismo contemporâneo –, indicando como algumas delas podem ser mobilizadas em debates caros à Geografia. Vale destacar que tomamos principalmente sua obra *The Structure of World History*, publicada em inglês em 2014, como ponto de partida para as reflexões. Diferentemente de seu livro anterior, denominado *Transcritique: On Kant and Marx* – publicado em inglês em 2003 e principal responsável por tornar Karatani conhecido na cena marxista anglófona – e considerado um trabalho decididamente filosófico, *The Structure (...)* tem sido interpretado como um livro marcadamente *histórico* (BARBOUR, 2017), ou mesmo *histórico e geográfico* (WAINWRIGHT, 2016). Mais precisamente, pode-se dizer que em *The Structure (...)* o autor retoma e reelabora argumentos apresentados no livro anterior – além de apresentar novos – mobilizando-os para propor uma leitura crítica alternativa da história universal (JAMESON, 2016).

Dentre as ideias inovadoras e bastante heterodoxas apresen-

tadas por Karatani (2014) – que serão tratadas ao longo do artigo – ganha destaque sua ênfase nos *modos de intercâmbio* (tomando intercâmbio em sentido amplo) em vez de *modos de produção*, assim como sua crítica peculiar à ideia de que as dimensões política e ideológica da realidade social seriam determinadas ou plenamente explicadas pela economia: para o autor, conforme será tratado, *Estado* e *Nação* teriam suas próprias bases econômicas, enraizadas justamente em modos de intercâmbio distintos. Também, vale destacar sua concepção de *formação social* como uma combinação concreta dos referidos modos de intercâmbio: as formações sociais ocidentais contemporâneas, por exemplo, seriam marcadas pela existência de um circuito baseado na tríade *Capital-Estado-Nação*, entidades separadas e operando segundo lógicas distintas, mas mutuamente dependentes. Sua recuperação do conceito marxiano de *metabolismo* para se referir às trocas entre sociedade e natureza também é especialmente relevante por permitir aberturas para pensar a natureza sob o capitalismo de maneira unitária e dialética, apontando novos caminhos teóricos para debates importantes da Geografia crítica.

Dentro desse quadro, o presente artigo tem intenções bastante introdutórias e modestas: principalmente, almeja-se resumidamente apresentar alguns dos argumentos mobilizados por Karatani em sua obra que – inclusive por ter sua sensibilidade geográfica/espacial notada por comentadores (WAINWRIGHT, 2016; JAMESON, 2016) – entendemos carregar consigo *insights* que podem ser úteis para debates em geografia. Assim, após discorrer à guisa de síntese sobre alguns pontos importantes de seu esquema analítico – como sua ideia de *modos de intercâmbio*; os *tipos de poder* correspondentes a cada modo; a sua incorporação de uma leitura da história universal baseada em *formações sociais e sistemas-mundo*; e sua recuperação do conceito de *metabolismo* – apresentamos em linhas gerais algumas indicações sobre como a dimensão espacial pode ser apreciada à luz de suas contribuições.

### **SOBRE OS MODOS DE INTERCÂMBIO**

Pode-se dizer que parte relevante das preocupações de Kojin Karatani deriva de uma constatação relativamente simples: o estudo da dimensão econômica da realidade social não promove, por si só, uma com-

preensão plenamente satisfatória dos fenômenos políticos e ideológicos. Especificamente em relação às formações sociais contemporâneas, por exemplo, o autor entende que a investigação da economia capitalista não é suficiente para explicar a existência e o funcionamento do Estado e da Nação. Nesse sentido – partilhando de uma crítica comum a certas vertentes marxistas, como a althusseriana – Karatani reavalia o esquema interpretativo calcado na distinção *base-superestrutura*, segundo o qual as explicações sobre o Estado e a Nação (componentes da *superestrutura*) deveriam ser buscadas no funcionamento da economia (*base*). Entretanto, diferentemente da proposta althusseriana de consideração de *autonomia relativa e implicação recíproca* das estruturas sociais, Karatani busca ressaltar o papel ativo e não subordinado do Estado e da Nação por meio de uma construção alternativa: esses teriam suas próprias bases econômicas.

Nesse sentido, para nosso autor, devemos abandonar a crença de que o modo de produção corresponde simplesmente à economia. Para tanto, toma-se o conceito de base econômica segundo uma acepção diferenciada (mais larga que a costumeiramente assumida por



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 2, n. 35  
Julho-Dezembro, 2022  
ISSN: 2175-3709

marxistas). Sendo assim, “simplesmente precisamos iniciar nossa investigação a partir do modo de troca e não do modo de produção” (KARATANI, 2014, p. 4, tradução livre, grifo nosso)<sup>1</sup>: afinal, se troca é um conceito econômico, todos os modos de troca ou intercâmbio são econômicos por natureza. Destarte, Estado e Nação, tanto quanto a economia capitalista propriamente dita, possuiriam suas próprias bases econômicas – de acordo com o sentido alargado descrito – na medida em que estão baseados em *modos de intercâmbio* distintos. Mais precisamente, Karatani elenca dois modos de intercâmbio existentes para além da *troca de mercadorias* – sendo esse o dominante nas formações sociais capitalistas, como se verá.

O primeiro modo de intercâmbio tratado por Karatani – *modo A* – corresponde à lógica do presente ou da dádiva (*gift*) e está calcado na reciprocidade: trata-se do modo de troca predominante em sociedades que o autor descreve como arcaicas e “consiste em nada mais do que a expectativa generalizada de dar e receber” (KARATANI; WAINWRIGHT, 2012, p. 38, tradução livre)<sup>2</sup>. Mais precisamente, trata-se de um tipo de troca calcado em três regras: deve-se oferecer dádivas (pre-

sentes), deve-se aceitar dádivas e deve-se retribuir as dádivas recebidas (KARATANI, 2017, p. 10), sendo esses os princípios básicos de intercâmbio existentes nas formações sociais baseadas em clãs.

Vale distinguir, entretanto, o referido princípio de reciprocidade (*reciprocity*) – mobilizado por Karatani como delimitador deste modo de intercâmbio – do agrupamento e redistribuição (*pooling and redistribution*) de recursos empreendidos no interior de uma mesma família (KARATANI, 2014, p. 35). Ora, por mais que as relações estabelecidas entre indivíduos no interior de uma família possam basear-se no oferecimento de dádivas (*gifts*), estão nelas ausentes a expectativa de recebimento de algo em troca (*countergift*), essencial para a constituição de uma relação de reciprocidade, em que a parte agraciada pela dádiva é impelida a dar algo em troca – não por qualquer opção individual, mas por regras morais comuns às quais todos estariam subordinados (KARATANI, 2017, p. 10).

Assim, o referido princípio de reciprocidade emerge quando um grupo de indivíduos – uma família (*household*) ou bando (*band*) – estabelece relações baseadas no oferecimento de dádivas com *outro* grupo,

1. No original: *We simply need to launch our investigation from the mode of exchange rather than from the mode of production.*

2. No original: *It consists in nothing more than the generalized expectation of give-and-take.*

assim: “[...] é por meio da reciprocidade que um coletivo de ordem superior que transcende a família toma forma” (KARATANI, 2014, p. 5, tradução livre)<sup>3</sup>. Ou seja, Karatani entende que as trocas economicamente relevantes – isto é, constituintes dos modos de intercâmbio – são aquelas empreendidas *entre* grupos de indivíduos, e não entre indivíduos dentro de um mesmo grupo que se auto-organiza segundo regras internas em geral calcadas na partilha e redistribuição.

Mais que isso, e este é um ponto ressaltado por Wainwright (2016) como exemplo da sensibilidade geográfica de Karatani: a natureza da reciprocidade varia conforme o desdobramento *espacial* das relações em tela. E isto tendo em mente que “A sociedade tribal é estratificada: seus clãs são compostos de lares individuais, a própria tribo de clãs, e acima deles temos confederações compostas de tribos” (KARATANI, 2014, p. 37, tradução livre)<sup>4</sup>. Dentro desse quadro, o autor demarca diferentes níveis de reciprocidade em virtude do grau de distância relativa de parentesco em relação ao núcleo familiar. Mais próximo do núcleo estão as trocas realizadas dentro de um mesmo clã, constituindo o polo da reciprocidade

generalizada, que se assemelha à já referida partilha (*pooling*). Por outro lado, no polo oposto estão as relações estabelecidas entre tribos, consistindo numa espécie de reciprocidade negativa, como o tipo de relação constituinte, por exemplo, da *vendetta*. Afinal, a “vendetta também é uma instância de reciprocidade. Por exemplo, quando um membro de uma comunidade é assassinado por um membro de outra comunidade, a vingança (reciprocidade) é buscada” (KARATANI, 2014, p. 41, tradução livre)<sup>5</sup>. No meio termo estariam as relações que ocorrem no interior de um assentamento (ou seja, um meio termo entre o nível do clã e o nível das trocas entre tribos), consistindo em uma reciprocidade balanceada.

Assim, as relações de troca entre grupos no modo de intercâmbio *A* – seja entre núcleos dentro de um clã, entre clãs dentro de um assentamento ou entre assentamentos dentro de uma confederação de tribos – ocorrem sob as já referidas regras de reciprocidade, estando a parte que recebeu a dádiva impelida a retribuí-la, sendo esse o princípio básico de sociabilidade que conecta diferentes grupos (famílias, clãs ou tribos) nesse tipo de sociedade descrita por Karatani – que para tanto recorre a,

3. No original: [...] it is through reciprocity that a higher-order collective that transcends the individual household takes form.

4. No original: Tribal society is stratified: its clans are composed of individual households, the tribe itself of clans, and above those we have confederations composed of tribes.

5. No original: In this sense, vendetta is also an instance of reciprocity. For example, when a member of one community is murdered by a member of another community, revenge (reciprocation) is pursued.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 2, n. 35  
Julho-Dezembro, 2022  
ISSN: 2175-3709

dentre outros autores, Marshall Sahlins, Lewis Morgan e Marcel Mauss.

Vale dizer também que o autor localiza historicamente a emergência desse modo de intercâmbio no abandono do nomadismo em função da constituição dos agrupamentos sedentários. Nas sociedades nômades – por não se poder estocar bens – não havia o intercâmbio calcado no modo *A*: eram constituídos por pequenos grupos que se auto-organizavam segundo o princípio da partilha e da dádiva pura (WARK, 2015). O modo de intercâmbio *A* apenas emerge, portanto, junto do assentamento das sociedades de clãs. Ademais, como frisado por Wainwright (2016, p. 37), pode-se dizer que o modo de intercâmbio baseado na reciprocidade tende à *igualdade sem liberdade* (na medida em que a troca não é feita livremente, senão submetida ao princípio da reciprocidade).

Justamente por este caráter tendente à igualdade – isto é: os participantes da troca estão em pé de igualdade – as relações de intercâmbio baseadas na reciprocidade impedem a formação de hierarquias. Ou seja: uma tribo ou grupo não domina os demais. Isso tanto pelas relações de trocas amigáveis quanto pela reciprocidade negativa (a

vendeta e, em última instância, a guerra). Afinal, nas guerras travadas sob o princípio da reciprocidade, o objetivo de uma tribo é o de vencer e/ou exterminar a outra, mas não o de subordiná-la (KARATANI, 2014, p. 39). Destarte: “A reciprocidade não reconhece uma comunidade (clã ou tribo) em posição superior, nem reconhece um chefe em posição superior a outros chefes. Não permite o estabelecimento de um estado” (KARATANI, 2014, p. 40, tradução livre)<sup>6</sup>.

Assim, os Estados apenas podem emergir se enraizados num modo de intercâmbio distinto. Justamente, este modo de troca distinto e baseado na relação de dominação (em vez da relação de reciprocidade) corresponde ao modo de intercâmbio *B*, para cuja elaboração a obra de Hobbes serviu de principal inspiração. “Sua principal forma social é a de dominação e proteção entre comunidades. Sua estrutura normativa é a de leis, impostas pelas comunidades dominantes sobre as subservientes” (HILLANI *et al.* 2021, p. 2.327, tradução livre)<sup>7</sup>. Nesse sentido, como observado por Wainwright (2016, p. 40, tradução livre)<sup>8</sup>, a origem do Estado para Karatani estaria assentada justamente em uma “[...] diferença espacial entre comunida-

6. No original: *Reciprocity does not recognize one community (clan or tribe) as standing in a higher position, nor does it recognize one chief as standing in a position superior to other chiefs. It does not permit the establishment of a state.*

7. No original: *Its main social form is that of domination and protection between communities. Its normative structure is that of laws, imposed by dominant communities over the subservient ones.*

8. No original: *The origin of the state lies, therefore, in the spatial difference between communities: one community conquers another.*

des: uma comunidade domina a outra”.

Mais especificamente – e nas palavras do próprio Karatani (2014, p. 70, tradução livre)<sup>9</sup>: “A origem do Estado está em uma espécie de troca realizada entre comunidades governantes e governadas”. Nessa relação de troca, a comunidade conquistadora oferece proteção aos conquistados, que em troca oferecem sua subserviência; também, a parte governante pode oferecer alguma redistribuição de recursos em troca dos tributos coletados junto aos dominados. Trata-se mais precisamente, portanto, de um modo de intercâmbio baseado em pilhagem (*plunder*) e redistribuição (*redistribution*).

Neste sentido, o Estado enquanto desenvolvimento desse modo de intercâmbio distinto (*B*) põe fim à hegemonia da troca horizontal e recíproca baseada em dádivas e/ou vendeta (WARK, 2016). Se o modo de intercâmbio *A* é igualitário, porém não livre, trata-se agora de um modo de intercâmbio que não é livre nem igualitário: há uma hierarquia entre as partes e a parte dominada é levada a oferecer sua subserviência em troca de proteção.

O terceiro modo de intercâmbio (*C*) identificado por Karatani corresponde à lógica da troca de mercadorias e suas

características são certamente familiares ao leitor introduzido na obra marxiana e/ou na literatura marxista tradicional. É, afinal, o modo de intercâmbio predominante em formações sociais capitalistas: sob estas circunstâncias, a forma social do valor assume prevalência enquanto princípio básico de sociabilidade.

À guisa de síntese, pode-se dizer que nas formações sociais capitalistas o trabalho e a produção de bens materiais (que é também uma forma de intercâmbio, como se discutirá na seção Metabolismo e intercâmbio entre sociedade e natureza) são realizados de maneira subordinada à lei de valorização. Produtos do trabalho concreto individual são feitos para serem trocados no mercado pelo equivalente geral (dinheiro), tornando-se fragmento do trabalho social (abstrato). Ao mesmo tempo, o indivíduo deve buscar sua subsistência no mercado, obtendo as mercadorias de que demanda através do dinheiro que remunera sua força de trabalho (salário). As relações estabelecidas sob esse modo de troca são *livres* – estabelecendo-se apenas quando as partes envolvidas reconhecem uma à outra como indivíduos livres –, porém *desiguais*; afinal, as partes envolvidas podem ocupar

9. No original: [...] the origin of the state lies in a kind of Exchange carried out between ruling and ruled communities.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 2, n. 35  
Julho-Dezembro, 2022  
ISSN: 2175-3709



lugares distintos dentro da estrutura capitalista.

#### Quadro 1 - Modos de intercâmbio

A: reciprocidade (dádiva e contradádiva)

B: pilhagem e redistribuição (dominação e proteção)

C: troca de mercadorias (dinheiro e mercadorias)

Adaptado de: Karatani (2014, p. 9)

Vale mencionar, ainda que apenas de passagem, que Karatani descreve um quarto modo de intercâmbio, o modo *D*. Esse merece certas ressalvas principalmente por desempenhar uma função majoritariamente prescritiva, devendo por isso ser tratado separadamente dos demais modos de intercâmbio (HILLANI, 2021, p. 2.328). Além disso, “É o modo mais difícil de apreender porque, ao contrário dos outros três, nunca se tornou a base geral de uma formação sócio-histórica” (WAINWRIGHT, 2016, p. 46, tradução livre)<sup>10</sup>. Justamente por isso, não trataremos dele aqui. Vale dizer em síntese, entretanto, que se trata de um modo de troca livre e igualitário, que seria a base para formações sociais pós-capitalistas (comunistas).

#### TIPOS DE PODER

Apresentados brevemente os modos de intercâmbio descritos por Karatani (2014), torna-se importante mencionar os diferentes tipos de poder mo-

bilizados por esses diferentes modos, considerando-se que “poder é a capacidade de obrigar os outros a obedecer através de determinadas normas comunitárias” (KARATANI, 2014, p. 11, tradução livre)<sup>11</sup>. Em primeiro lugar, e correspondendo ao tipo de poder produzido pelo modo *A*, há o poder da dádiva: esse diz respeito a um conjunto de regras (*rules*) vigentes no interior de uma comunidade, que seus membros seguem em virtude de princípios *morais* compartilhados; não havendo a necessidade, portanto de recorrer ao uso da violência para que as regras sejam seguidas. A violência aparece acompanhada do segundo tipo de poder; isto é, aquele que decorre do modo *B*. Trata-se do poder político do Estado, que instaura leis (*laws*) que são operantes entre comunidades – ou dentro de sociedades compostas por diferentes comunidades – e são cumpridas não por imperativos *morais*, mas pela dominação e ameaça de uso da força.

#### Quadro 2 - Tipos de poder em cada modo de intercâmbio

A: poder da dádiva

B: poder político

C: poder do dinheiro

Adaptado de: Karatani (2015, p. 27) e Karatani (2014)

Por fim, o terceiro poder, de-

10. No original: *It is the most difficult mode to grasp because, unlike the other three, it has never become the general basis for a social-historical formation.*

11. No original: *Power is the ability to compel others to obey through given communal norms.*

rivado do modo C, é o poder do dinheiro. Esse é “[...] diferente do poder que se baseia na troca de dádivas ou na violência. Sem ter que recorrer à coação física ou mental do outro, esse poder é exercido por meio de trocas baseadas no consentimento mútuo” (KARATANI, 2014, p. 14, tradução livre)<sup>12</sup>. Trata-se de um poder baseado na posse de mercadorias: os possuidores do dinheiro podem trocá-lo por qualquer outra mercadoria, ao passo que possuidores de outras mercadorias devem almejar trocá-la pelo equivalente geral. Essa condição (o poder do dinheiro) move justamente a lei de valorização e estabelece classes sociais distintas: aqueles que possuem tão somente sua força de trabalho devem vendê-la em troca de um salário que lhes permitirá obter sua subsistência através da compra de mercadorias; ao passo que os detentores do dinheiro poderão empregá-lo (tornando-o capital) comprando fatores (meios de produção e força de trabalho) que serão mobilizados em um processo produtivo ao final do qual resultarão em mais dinheiro (mais-valia).

### FORMAÇÕES SOCIAIS E SISTEMAS-MUNDO

Os modos de intercâmbio descritos (e os tipos de poder

correspondentes a cada um) não existem concretamente senão em interrelação; ou seja, só existem historicamente nas *formações sociais*, sendo essas justamente *combinações* dos referidos modos de troca. Nas palavras de Karatani (2014, p. 83-84, tradução livre)<sup>13</sup>, uma formação social “[...] surge como uma combinação de três diferentes modos de troca – ou as três diferentes formas de poder que derivam deles, formas que estão mutuamente em conflito, mas também mutuamente interdependentes”.

Neste sentido, o principal fator que demarca as diferentes formações sociais é justamente o modo de intercâmbio *dominante*. Para um modo de intercâmbio ser dominante, frise-se, não implica que seja o único modo operante dentro de uma formação social; trata-se tão simplesmente de identificar que um modo de intercâmbio é dotado de primazia como princípio básico de sociabilidade dentro de uma formação social. Sendo assim, chega-se também à conclusão de que os modos de intercâmbio existem para além das formações sociais em que são hegemônicos. Por exemplo, o intercâmbio realizado segundo o princípio da troca de mercadorias (correspondente ao modo C) existe desde antes da

12. *No original: [...] different from the power that is based in gift exchanges or violence. Without having to resort to physical or mental coercion of the other, this power is exercised through exchanges based on mutual consent.*

13. *No original: [...] a single social formation arises as a combination of three different modes of exchange — or the three different forms of power that derive from these, forms that are mutually in conflict yet also mutually interdependent.*



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 2, n. 35  
Julho-Dezembro, 2022  
ISSN: 2175-3709

emergência de uma formação social plenamente capitalista (em que o modo *C* é dominante).

Da mesma maneira, na formação social capitalista também persistem e operam os modos de intercâmbio *A* e *B*, embora subordinados à troca de mercadorias enquanto princípio básico de sociabilidade, de modo que estes outros modos assumem formas concretas específicas. Mais especificamente, o modo *A* transmuta-se na ideia de Nação contemporânea, ao passo que o modo *B* persiste no Estado moderno (KARATANI, 2014, p. 10). Trataremos mais sobre este tema adiante. Por ora, essa descrição serve à ilustração de que as formações sociais podem ser lidas como combinações dos modos de intercâmbio.

Isto posto, vale tratar sobre a proposta de releitura dos estágios históricos de desenvolvimento discutidos por Marx (1985) em seus manuscritos, empreendida por Karatani (2014) a partir da ótica dos modos de intercâmbio (e não de produção, como na elaboração original marxiana). Destarte, os tipos de formação social elencados por Marx – primitiva de clãs, Asiática, clássica/antiga, Germânica/feudal, capitalista – são o ponto de partida para a reelaboração de nosso autor. Sua

primeira retificação consiste em retirar as especificações geográficas: ou seja, o que Marx denomina formação social Asiática também podia ser encontrada fora da Ásia, como nas Américas (Impérios Incas, Maias e Astecas) e na África (Império de Mali, Reinos de Gana e Daomé). Da mesma forma, uma formação social similar à denominada Germânica (feudal) também ocorreu no Japão. Destarte, nas palavras do autor (KARATANI, 2014, p. 20, tradução livre)<sup>14</sup>, deve-se “[...] remover as especificações geográficas para ver as formações sociais estruturalmente”.

A segunda adaptação operada por Karatani é a de não considerar essas formações sociais como estágios sucessivos de um desenvolvimento histórico linear. Na verdade, é importante compreender que essas diversas formações sociais existiram simultaneamente e em circunstâncias de interrelação mútua. Neste ponto, o autor recorre à teoria do sistema-mundo popularizada principalmente por Immanuel Wallerstein. Destarte, vale a pena dar um passo atrás e verificar como Karatani incorpora a leitura acerca do sistema-mundo ao seu esquema interpretativo baseado nos já referidos modos de intercâmbio.

Sociedades de clãs – em

14. No original: [...] we must remove the geographical specifications in order to see social formations structurally.

que o modo de intercâmbio *A* é predominante – originam sistemas-mundo denominados pelo autor de minissistemas (*mini systems*). Não sendo necessariamente correspondentes a um sistema de escala restrita (o autor lembra-se da Confederação Iroquesa na América do Norte como exemplo de um minissistema geograficamente extenso), sua especificidade reside no fato de que a relação entre comunidades se dá através do princípio da reciprocidade, dando origem a uma estrutura de organização horizontal (isto é: sem um poder absoluto e centralizado) (KARATANI, 2014, p. 47).

Por outro lado, sociedades em que há a predominância do modo de intercâmbio *B* assentam as bases para a formação de impérios mundiais (*world-empire*), sendo esses caracterizados “[...] por um sistema em que uma comunidade ganha ascendência sobre outra e obriga a prestação de serviços compulsórios ou o pagamento de tributos” (KARATANI, 2014, p. 22, tradução livre)<sup>15</sup>. Nos impérios mundiais – padrão de sistema-mundo conformado por formações sociais em que domina o modo de intercâmbio *B* –, o poder burocrático estatal controla a troca de mercadorias (modo *C*) e concede proteção (em troca de tributos) a comunidades

agrárias (modo *A*) que continuam existindo às *margens* desses impérios (RICHTER, 2015). Vale ressaltar que a formação de impérios mundiais, portanto, corresponde à emergência dos Estados despóticos no formato do que Marx denominou Asiática, mas que Karatani alarga para abranger diversos Estados e Impérios pré-capitalistas historicamente existentes (WARK, 2015).

Também as formações clássicas/escravistas e germânicas/feudais emergem no contexto de dominação dos impérios mundiais. Neste sentido, “[...] as distinções de Marx entre [as formações sociais] asiática, clássica e feudal não marcam sucessivas etapas diacrônicas, mas sim *relações posicionais* dentro do espaço de um império mundial” (KARATANI, 2014, p. 124, tradução livre, grifo nosso)<sup>16</sup>. Para tratar sobre essas relações posicionais dentro do quadro das relações impérios mundiais, vale dizer que Karatani (2014, p. 162) empresta conceitos de Karl Wittfogel, dividindo assim especialmente a estrutura do sistema-mundo pré-capitalista em *núcleos*, *margens* e *submargens*. Nas *margens* de um Estado despótico (núcleo de um império mundial) podem persistir, como já indicado, comunidades no seio

15. No original: [...] community gains ascendancy over another and mandates compulsory service or tribute payments.

16. No original: [...] Marx's distinctions between Asiatic, classical, and feudal do not mark successive diachronic stages but rather positional relationships within the space of a world-empire.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 2, n. 35  
Julho-Dezembro, 2022  
ISSN: 2175-3709

17. No original: *To simplify somewhat, Karatani's argument is that, while market exchange (mode of exchange C) has a long history in societies around the world, it only became the dominant mode of exchange with the emergence of capitalism, a process facilitated by the plunder of the Americas, plunder that was enabled and encouraged by Western Europe's position on the submargins of these empires. This historical combination — imperial submargins and continental plunder — drove the shift from mode of Exchange B to C while forging the world-historical union of capital and state in Western Europe. What we typically refer to as "modernity" is an effect of this capricious, historical-geographical conjuncture and the nation-state-capital trinity it constituted.*

das quais ainda está enraizado o modo de intercâmbio *A*, sendo essas pilhadas e protegidas pelo referido Estado.

As formações sociais situadas nas *submargens*, por sua vez, não necessariamente estão subordinadas ao Império Mundial, embora possam incorporar em sua existência certos elementos advindos dos Estados despóticos. Grécia e Roma antigas (formações clássicas/escravistas), por exemplo, surgem nas submargens dos impérios Egípcios e Asiáticos, ao passo que o feudalismo (formação Germânica) emerge na Europa ocidental situado nas submargens dos impérios Romano e Islâmico. Nessas formações sociais em que o princípio da reciprocidade permanecia fortemente enraizado nas relações entre a classe dominante (cidadãos), não houve a constituição de uma estrutura burocrática centralizada capaz de reorganizá-las nos moldes dos Impérios despóticos que coexistiam alhures.

Assim, é por não se constituírem enquanto verdadeiros Impérios despóticos (de modo que a troca de mercadorias não era por esses controlado) e estarem situados fora da zona direta de influência dos impérios mundiais que nessas formações sociais houve a possibilidade de

emergência do modo *C* enquanto hegemônico. É o que ocorre na Europa Ocidental, com a formação social capitalista emergindo da formação feudal constituída nas submargens dos Impérios Romano e Islâmico, em um processo catalisado pela pilhagem das Américas.

Para simplificar um pouco, o argumento de Karatani é que, embora a troca de mercado (modo de troca *C*) tenha uma longa história nas sociedades de todo o mundo, ela só se tornou o modo de troca dominante com o surgimento do capitalismo, processo facilitado pela pilhagem do Américas, pilhagem que foi possibilitada e incentivada pela posição da Europa Ocidental nas submargens desses impérios [Romano e Islâmico]. Essa combinação histórica — submargens imperiais e pilhagem continental — impulsionou a mudança do modo de troca *B* para *C* enquanto forjava a união histórica mundial de capital e estado na Europa Ocidental. O que normalmente chamamos de "modernidade" é um efeito dessa caprichosa conjuntura histórico-geográfica e da trindade Estado-nação-capital que ela constituiu (WAINWRIGHT, 2016, p. 43 tradução livre)<sup>17</sup>.

Ou seja, a economia-mundo (*world-economy*) — forma de sistema-mundo correspondente à hegemonia do modo de intercâmbio *C* — emerge na Europa Ocidental não porque sua civilização era especialmente avançada. Antes, emerge por uma soma de fatores conjunturais específicos e pelo fato de situar-se na submergem dos impérios mundiais à época hegemônicos. Se nos impérios mundiais a troca de mercadorias era con-

trolada diretamente pelo Estado despótico a partir de uma cidade mundial (*world-city*) – centros comerciais desses impérios que correspondiam também à função de centro de exercício do poder político – na economia-mundo ser o centro político não implica em que uma cidade seja economicamente relevante. Na economia-mundo, os diversos centros econômicos competem entre si pela oferta de capitais mundiais: o centro (econômico) nunca é permanentemente fixado e está sempre sujeito à realocação (KARATANI, 2014, p. 161). Neste quadro, o autor recorre a Fernand Braudel para citar justamente os sucessivos centros econômicos que marcaram diversos ciclos da economia-mundo.

Também diferentemente do império mundial – em que a extensão do império é dada pela sua capacidade política e militar de manutenção da zona de influência –, a economia-mundo pode expandir-se indefinidamente. Ademais, à medida que a economia-mundo efetivamente passa a abranger todo o globo, a estrutura característica dos impérios-mundiais de divisão entre *núcleo*, *margem* e *submargem* dá lugar à relação entre *centro*, *periferia* e *semi-periferia*. Diferentemente da relação estabelecida entre as

partes dentro do quadro de um império-mundial – calcada na expropriação direta baseada na coerção política –, na economia-mundo o centro extrai valor das formações sociais periféricas principalmente mediante a troca de mercadorias realizada no quadro de uma divisão internacional do trabalho desigual.

### Quadro 3 - Sistemas-mundo

---

A: Minissistemas

---

B: Império mundial

---

C: Economia-mundo (sistema-mundo moderno)

---

Adaptado de: Karatani (2014, p. 20)

Isto posto, tratemos da especificidade das formações sociais capitalistas segundo o esquema de Karatani, que emerge com a predominância do modo de intercâmbio *C* e origina a economia-mundo enquanto padrão estrutural de relação entre formações sociais. Como já ensinado, os demais modos de intercâmbio não deixam de existir quando um assume a posição de dominância no seio de uma formação social. No capitalismo, o modo *B* assume a forma do Estado moderno, ao passo que o modo *A* se configura enquanto a representação da Nação. Destarte, as dimensões política (Estado) e ideológica (Nação) da realidade não podem ser consideradas mero reflexo da base econômica. Antes, cada



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 2, n. 35  
Julho-Dezembro, 2022  
ISSN: 2175-3709

qual está enraizada num modo de intercâmbio específico. Assumindo o conceito expandido de base econômica adotado por Karatani – enfatizando o modo de intercâmbio em vez do modo de produção – têm-se que cada uma dessas dimensões têm sua própria base, conformando entidades distintas que operam segundo seus princípios e lógicas próprias.

Nas formações sociais capitalistas estas três instâncias – Capital, Estado, Nação – aparecem entrelaçadas de tal maneira que conformam o que Karatani (2014, p. XIV, tradução livre)<sup>18</sup> caracterizou – inspirando-se em Lacan – como um *nó borromeano*: elementos mutuamente dependentes e “[...] ligados de tal forma que tudo vai desmoronar se algum dos três estiverem faltando”. Essa interdependência e imbricação se manifestam, em resumo, da seguinte forma: a economia capitalista tende inevitavelmente a produzir desigualdades e conflitos socioeconômicos; a Nação, por sua vez – enquanto uma comunidade imaginária baseada em relações de reciprocidade – aparece como uma instância que se pretende tendente à comunalidade e igualdade; ao passo que o Estado moderno é o elemento que, em certa medida, realiza essas intenções na prática por meio de

medidas como tributação, redistribuição e leis (KARATANI, 2014, p. XIV).

**Quadro 4** - Formação social moderna (capitalista)

---

A: Nação

---

B: Estado

---

C: Capital

---

**Adaptado de:** Karatani (2014, p. 9)

Ou seja, para nosso autor este circuito – Capital-Nação-Estado – seria altamente estável e resiliente justamente porque seus elementos – operando segundo lógicas distintas, porém complementares – se compen-sam. Destarte, uma conclusão política extraída por Karatani (2014, p. XV) é a de que o capitalismo não pode ser superado se o alvo da luta anticapitalista for apenas a economia: a oposição ao capitalismo também precisa ser uma oposição à Nação e ao Estado tal como esses estão constituídos.

## **METABOLISMO E INTERCÂMBIO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA**

Tratemos agora de um segundo ponto especialmente relevante para pensar o espaço à luz do esquema interpretativo de Karatani: a ideia de intercâmbio entre sociedade e natureza. Seu ponto de partida está na já indicada concepção alargada do termo de *troca*, que o autor localiza no uso que o jo-

18. No original: [...] linked in such a manner that all will fall apart if any of the three is missing.

vem Marx faz do conceito de *intercâmbio* (*Verkehr*), que inclui “[...] ocorrências dentro de uma determinada comunidade, como uma família ou tribo, bem como o comércio entre comunidades e até mesmo a guerra” (KARATANI, 2014, p. 15, tradução livre)<sup>19</sup>. Dentro dessa concepção alargada, Karatani recorre também a Moses Hess, hegeliano de esquerda ligeiramente mais velho que Marx e que teria sido o pioneiro na mobilização deste conceito ampliado de intercâmbio.

Entretanto além de corresponder às *trocas em geral* – como já indicado ao longo do presente texto – e não apenas à troca de mercadorias, o conceito de intercâmbio abarca também uma segunda dimensão que Karatani localiza nos trabalhos de Hess e do jovem Marx: trata-se da compreensão de que a relação estabelecida entre seres humanos e natureza também é uma relação de intercâmbio. Mais que isso, há o entendimento de que “[...] essas relações entre o homem e a natureza ocorrem necessariamente por meio de um certo tipo de relação social entre as pessoas” (KARATANI, 2014, p. 16, tradução livre)<sup>20</sup>.

Ou seja, essas duas formas de intercâmbio – entre pessoas dentro de uma sociedade e entre a sociedade e a natureza – não

estão dissociadas. Neste sentido Karatani recorre a outro conceito – também extraído de Hess e mobilizado por Marx: a ideia de metabolismo (*Stoffwechsel*). Assim, o conceito de metabolismo reflete justamente essa compreensão de que relações sociais incluem a relação entre seres humanos e natureza (proporcionando a reprodução de determinada forma de vida), ao mesmo tempo em que esse intercâmbio (entre homem e natureza) necessariamente se dá mediado por formas sociais específicas. Como colocado por Hillani *et al.* (2021, p. 2.345, tradução livre)<sup>21</sup>: trata-se de recusar “[...] ver a ecologia como mero apêndice de uma crítica do valor (ou de qualquer forma social), o que significa recusar qualquer retrato de formas sociais que não as reconheça como um regime já ecológico”.

Dentro desse quadro analítico, pode-se entender que a ênfase concedida por Marx ao conceito de produção deriva de sua compreensão da importância da relação entre homem e natureza, sendo essa nada mais do que também uma relação de intercâmbio: quando se produz algo, modifica-se a matéria-prima e gera-se resíduos e energia na forma de calor; assim, tomando o próprio ambiente terrestre a partir do prisma metabólico

19. No original: [...] occurrences within a given community, such as a family or tribe, as well as trade taking place between communities, and even war.

20. No original: [...] this sort of relation between man and nature necessarily takes place by way of a certain kind of social relation between people.

21. No original: [...] to see ecology as a mere appendage to a critique of value (or of any social form), which means refusing any portrait of social forms that fails to recognize them as a regime that is already ecological.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 2, n. 35  
Julho-Dezembro, 2022  
ISSN: 2175-3709



22. No original: *The material exchanges (Stoffwechsel) between man and nature are one link within the material exchanges that form the total earth system.*

23. No original: *[...] Marx criticized not only capitalism's exploitation of workers but also its exploitation of nature, which destroys the natural balance of soil and humans.*

24. No original: *[...] the concept of intercourse reframes social relationships, showing that they always happen through a material base and imply a certain relationship between man and nature.*

25. No original: *If we fail to grasp the problems of the exchange relations between people and the Capital-Nation- State form [...]*

– “Mais fundamentalmente, o ambiente da Terra é um sistema cíclico que circula ar e água e, finalmente, exporta entropia para o espaço sideral na forma de calor residual” – pode-se considerar que “As trocas materiais (*Stoffwechsel*) entre o homem e a natureza são um elo dentro das trocas materiais que formam o sistema terrestre total” (KARATANI, 2014, p. 17, tradução livre)<sup>22</sup>.

Neste sentido, se parte majoritária dos marxistas foi seduzida pela perspectiva do progresso tecnológico e industrial, assumindo uma visão integralmente positiva desse processo – o que adviria de uma herança hegeliana que teria levado à impossibilidade de uma concepção verdadeiramente materialista do processo de produção (intercâmbio entre homem e natureza), falhando em pensá-lo como necessariamente acompanhado da geração de resíduos e calor/entropia –, o mesmo não se poderia dizer de Marx, tal como se depreende, por exemplo, de suas notas acerca dos distúrbios metabólicos no solo gerados pelo uso de fertilizantes na agricultura (KARATANI, 2014, p. 17-18). Nessa discussão “[...] Marx criticou não apenas a exploração dos trabalhadores pelo capitalismo, mas também a exploração da natureza, que des-

trói o equilíbrio natural do solo e dos seres humanos” (KARATANI, 2014, p. 18, tradução livre)<sup>23</sup>.

Vale frisar que Karatani não propõe um ecologismo ingênuo como substituto à desconsideração da relação entre homem e natureza. Antes, como já mencionado, os conceitos de metabolismo e intercâmbio tal como mobilizados fornecem a chave para compreender que as relações de intercâmbio entre pessoas estão por trás da relação de intercâmbio entre as pessoas e a natureza. Afinal, “[...] o conceito de intercâmbio ressignifica as relações sociais, mostrando que elas sempre acontecem por meio de uma base material e implicam certa relação entre o homem e a natureza” (HILLANI *et al.*, 2021, p. 2.345, tradução livre)<sup>24</sup>. Para o autor, os problemas ambientais atuais não serão resolvidos ou sequer poderão ser enfrentados “Se não conseguirmos compreender os problemas das relações de troca entre as pessoas e a forma Capital-Nação-Estado [...]” (KARATANI, 2014, p. 20, tradução livre)<sup>25</sup>.

Do que foi exposto na presente seção, depreende-se que a forma de relação entre homem e natureza varia conforme a forma social assumida pelas diferentes formações sociais, que por sua vez são constituídas pela com-

binação de modos de intercâmbio. Dentro dessa discussão, o interessante ensaio de Hillani *et al.* (2021, p. 2.343-2.352) indica como os diferentes modos de intercâmbio correspondem a formas distintas de encarar a natureza.

Em relação ao modo *A*, pode-se verificar a extensão do princípio da reciprocidade à relação entre homem e natureza, em que a natureza aparece como um *agente*; isto é: uma parte igual com a qual se pode estabelecer uma relação de reciprocidade. No caso das sociedades de clãs sedentárias, pode-se dizer que a *magia* em geral aparece como um princípio mediador dessa relação: “[...] um mundo repleto de entidades dotadas de *anima* exige que se esboce precisamente esses dispositivos de mediação para unir a natureza em uma relação de reciprocidade” (HILLANI *et al.*, 2021, p. 2.346, tradução livre)<sup>26</sup>.

O modo *B*, por sua vez, implica em uma maneira diferente de relação com a natureza. Isso porque sob a ótica desse modo de intercâmbio “[...] a natureza aparece para o Estado da mesma forma que as comunidades dominadas aparecem para os dominantes – como alvos de saque [...]”; destarte, a natureza aparece no modo *B* “[...] como um recurso a ser administrado,

ou seja, um bem disponível para saque, mas que também necessita de proteção e administração” (HILLANI *et al.*, 2021, p. 2.346, tradução livre)<sup>27</sup>.

Por fim o modo *C*, distintamente, não toma a natureza como um *agente* (parte igual com a qual se pode estabelecer uma relação de reciprocidade) nem como um *recurso* que precisa ser gerenciado. Antes, a natureza aparece como simples *matéria*. Isso porque na lógica da troca de mercadorias as propriedades materiais dos objetos apenas podem ser lidas através das lentes da lei de valorização; destarte, a natureza apenas pode ser compreendida ou significada sob esse modo de intercâmbio se aparecer como precificada (HILLANI *et al.*, 2021, p. 2.348). Neste sentido, a natureza é tomada como um conjunto de diferentes materiais com “[...] propriedades infinitas exploráveis, prontos para se tornarem significativos para a produção, desde que possam fazer a diferença na produção de valor” (HILLANI *et al.*, 2021, p. 2.348, tradução livre)<sup>28</sup>.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTRIBUIÇÕES DO ESQUEMA DE KOJIN KARATANI PARA REFLETIR SOBRE A DIMENSÃO ESPACIAL

Delineados alguns pontos-

26. No original: [...] a world full of entities endowed with *anima* demands that one sketches precisely these devices of mediation to join nature in a relation of reciprocity.

27. No original: [...] nature appears to the State in the same way dominated communities appear to dominant ones — as targets of plunder — that nature is produced within mode B as a resource to be managed, that is, an asset available for plundering but also in need of protection and administration.

28. No original: [...] it appears rather as different materials with infinite exploitable properties, ready to become meaningful to production as long as they can make a difference in producing value.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 2, n. 35  
Julho-Dezembro, 2022  
ISSN: 2175-3709

chave do sistema analítico de Kojin Karatani em *The Structure of World History* (2014), podemos esboçar apontamentos sobre como a dimensão espacial poderia ser discutida à luz de seu esquema. Em primeiro lugar, vale destacar que a centralidade da dimensão geográfica ou espacial na explicação do autor foi enfatizada por comentaristas, como no ensaio de James Wainwright (2016) e na resenha de Frederic Jameson (2016). Esse entende que o empreendimento teórico de Karatani – de propor uma nova forma de interpretar a história universal – corresponde a uma tentativa de *filosofar a geografia*, isto é: de dar sentido filosófico às diferentes configurações espaciais (JAMESON, 2016, p. 330). Wainwright (2016, p. 33), em seu turno, lê a referida obra de Karatani como uma interpretação profundamente espacial da história universal, resultando em uma revolucionária filosofia geográfica da história do mundo.

Segundo Wainwright (2016, p. 35, tradução livre)<sup>29</sup>, um aspecto importante a ser notado neste sentido é o fato de que Karatani reexamina o mundo através das lentes da diferença espacial (*spatial difference*), referindo-se “[...] a uma prática de leitura centrada nos modos como as relações espaciais pro-

duzem a diferença social e em que as formas de diferença já pressupõem sempre uma dada espacialidade”. Essa prática derivaria em partes da mudança de foco proposta por Karatani, frisando o *intercâmbio* em sentido amplo. Isso porque o intercâmbio é sempre relacional e, destarte, fundamentalmente “espacial na medida em que emergem de diferenças socio-espaciais que assumem certas formas distintas e dão origem às expressões dominantes de poder político, geográfico e ideológico que definem nosso mundo” (WAINWRIGHT, 2016, p. 36, tradução livre)<sup>30</sup>.

Neste sentido, Wainwright (2016) enfatiza que os tipos de intercâmbio (*A, B, C*) tratados por Karatani são aqueles que ocorrem entre comunidades. No caso do modo de intercâmbio *A*, como já ensejado, é a diferença entre o *interno* (família que se auto-organiza segundo princípios próprios, calcados na dádiva pura e desinteressada) e o *externo* (comunidades distintas que estabelecem relações calcadas no princípio da reciprocidade que pode assumir traços negativos) que estabelece as bases para a constituição de sociedades, de clãs sedentários em que o caráter da relação estabelecida varia conforme a distância relativa do parentesco

29. No original: [...] a practice of reading centered on the ways that spatial relations produce social difference and in which forms of difference always already presuppose a given spatiality.

30. No original: [...] spatial insofar as they emerge out of sociospatial differences that assume certain distinct forms and give rise to the dominant political, geographical, and ideological expressions of power that define our world.

em relação ao núcleo familiar. No modo *B*, trata-se de que uma comunidade conquista a outra, estabelecendo um intercâmbio fundado na hierarquia e na diferença (espacial): uma comunidade assume uma posição de dominância sobre a outra. O modo *C*, por sua vez, conecta comunidades através do princípio da troca de mercadorias; quando se torna hegemônico, estabelece um tipo de espacialidade específico calcado no desenvolvimento desigual e combinado: se o capital é frequentemente identificado com a mundialização, é importante ressaltar que sua espacialidade não é simplesmente abrangente e expansiva, mas conecta ao mesmo tempo em que separa, une e divide (WAINWRIGHT, 2016, p. 44).

Jameson (2016, p. 331) ressalta outra dimensão geográfica central à obra de Karatani: a aguda assimilação das contribuições de Immanuel Wallerstein, um autor que sintetiza a virada espacial no pensamento crítico moderno. Neste sentido, é importante notar a ênfase dada por Karatani aos diferentes sistemas-mundo correspondentes às distintas formações sociais. Sua compreensão de que diferentes tipos de formações sociais promovem padrões distintos de relação entre co-

munidades (sistemas-mundo) lhe permite confrontar certo historicismo ao apontar que as formações sociais pré-capitalistas não podem ser lidas como estágios históricos que se sucederam de maneira linear, mas que coexistiram em um quadro de relações posicionais. Permite indicar também como o capitalismo emerge dentro do sistema-mundo precedente; não como uma evolução natural e óbvia de regiões à época avançada, mas como fruto de condições muito específicas dentro de um contexto global e relacional.

Outro debate caro à Geografia no âmbito do qual o trabalho de Karatani pode ser útil envolve sua recuperação do conceito marxiano de *metabolismo* como indicativo da indissociabilidade (e constituição de uma relação dialética) entre sociedade e natureza. Neste sentido, Karatani permite uma abertura de diálogo com autores contemporâneos preocupados com a questão ecológica e o conceito de natureza na obra marxiana. À luz dessas contribuições – e do conceito de metabolismo – podemos reavaliar importantes problemas enunciados na tradição da Geografia Crítica pelo influente livro de Neil Smith.

Através de uma abordagem centrada no conceito de *metabolismo* pode-se ressaltar o



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Volume 2, n. 35  
Julho-Dezembro, 2022  
ISSN: 2175-3709

caráter dialético da relação estabelecida entre sociedade e natureza, evitando o *dualismo* denunciado por Smith (2008) em certas abordagens marxistas, mas escapando também de uma espécie de *monismo* antropocêntrico que acaba subsumindo a natureza à sociedade, como se aquele fosse integralmente interno ao capitalismo, conforme apontado por Castree (2000) e Foster e Clark (2016). Uma perspectiva ecológica crítica verdadeiramente dialética deve enfatizar o papel da *práxis* humana na construção da realidade ao mesmo tempo em que permanece sensível às trocas materiais estabelecidas *entre* sociedade e natureza (FOSTER, 1999, p. 401), sendo que as resultantes dessa relação retroagem sobre a sociedade: afinal, se não há mais natureza pura intocada pela sociedade, também não há mais nenhuma dimensão ou parcela da sociedade que esteja livre das consequências das trocas materiais estabelecidas entre sociedade e natureza (FOSTER; CLARK, 2016).

Nesse quadro, a perspectiva de Karatani (2014) – que neste ponto entendemos poder ser compatibilizada com contribuições de ecossocialistas contemporâneos – aponta justamente para este entendimento: a sociedade (enquanto um meta-

bolismo social) existe inserida em um sistema mais amplo de trocas materiais correspondentes ao metabolismo do planeta, uma espécie de *sistema terrestre total* (KARATANI, 2014, p. 17). Mais que isso, o autor indica como a atual configuração da sociedade e sua forma resultante de intercâmbio com a natureza tem ensejado rupturas metabólicas, levando a distúrbios crescentes no padrão de funcionamento de ecossistemas e ciclos naturais, tendendo em última instância à acumulação de entropia e à falência do sistema terrestre (KARATANI, 2014, p. 19). Como já indicado em seção anterior, entretanto, o autor não vê as questões ecológicas e ambientais como dissociadas da sociedade: antes, entende que uma resposta adequada a esses problemas contemporâneos passa necessariamente pela crítica das relações de troca (e exploração) entre pessoas constituídas dentro do metabolismo social vigente, esse baseado na referida tríade Capital-Estado-Nação que conforma as atuais formações socioespaciais (KARATANI, 2014, p. 20).

Ademais, entende-se que a própria centralidade concedida à categoria de *intercâmbio* pode permitir a aproximação do arcabouço de Karatani a esquemas teóricos que pensam o es-

paço geográfico a partir de uma perspectiva crítica. Todo *uso do território* (SANTOS, 2002) não seria também um intercâmbio entre sociedade e natureza (natural e humanizada)? Afinal, sendo o espaço geográfico – conforme a caracterização de Santos (2002) – o conjunto de toda a *materialidade* mais as *ações* que mobilizam e animam os objetos componentes dessa materialidade, pode-se traduzir a inevitável relação de condicionamento recíproco entre os conjuntos (materialidades e ações) justamente como *intercâmbio*: as ações informadas pelas estruturas sociais atingem os objetos geográficos, modificando-os sucessivamente, ao passo que esses retroagem condicionando as ações ulteriores.

Neste sentido, mais do que sintetizar a indissociabilidade entre sociedade e natureza, o conceito de *metabolismo* – tal como mobilizado por Karatani – pode também servir para caracterizar a relação dialética entre *ações* e *objetos* subjacente à própria concepção de *espaço geográfico* aqui retomada: como já dito, as ações que se instalam sobre os objetos geográficos são informadas pelas estruturas sociais (que conformam um metabolismo social), estando essas estruturas, por sua vez, inseridas dentro de um quadro

mais geral que inclui também o intercâmbio entre sociedade e a materialidade que exerce papel ativo na conformação das práticas sociais, atuando com condicionante inescapável dessas.

Como outra abertura ao diálogo com o esquema teórico crítico e geográfico de Milton Santos (2005), podemos pensar na centralidade concedida à categoria *formação social*, comum a Santos e Karatani. Enquanto Santos retoma o conceito para buscar nele ressaltar o espaço como sua dimensão fundamental (falando mesmo em *formação socioespacial*), Karatani o adota à luz de sua ênfase concedida aos modos de intercâmbio. São abordagens não excludentes, vale dizer, a essa categoria fundamental para operar a concretização de análises que de outra forma restariam abstratas: afinal, como discutido nos parágrafos anteriores, o espaço geográfico mantém sua relevância e seu papel ativo (como exige o esquema de Santos) mesmo caso o ponto de vista analítico mude do *modo de produção* para o *modo de intercâmbio* (como requerem os *insights* fundamentais de Karatani).

Ou seja, para que sejam *historicizados*, os modos de intercâmbio devem ser também – e necessariamente – *espacializados*: apenas ocorrem concreta-



Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e  
do Departamento de Geografia  
da UFES

Volume 2, n. 35  
Julho-Dezembro, 2022  
ISSN: 2175-3709

mente em *formações sociais* ou *socioespaciais* que, vale dizer, estão inseridas dentro de um quadro maior correspondente ao próprio *sistema-mundo*. Neste sentido, a ênfase dada ao aspecto *relacional* por Karatani também é digna de nota: as formações sociais jamais existem como um sistema fechado e autossuficiente. Isso tanto porque estão inseridas em um metabolismo que inclui as relações da sociedade com a natureza, quanto porque compõem um sistema-mundo em que cada formação social é sujeita a desempenhar um papel conforme sua forma de inserção nesta estrutura global.

Vale dizer, de passagem, que entendemos que outras elaborações que ressaltaram a importância da dimensão espacial do capitalismo também poderiam ser enriquecidas com um confronto e/ou aproximação via cotejamento com as contribuições de Karatani. Neste sentido, um programa de estudos potencialmente valioso poderia passar pela investigação sobre como a forma de intercâmbio com a natureza subjacente à lógica do modo *C* – em que a natureza aparece como simples *matéria* que apenas pode ser significativa na medida em que porta um preço – implicam em formas específicas de *produção do espa-*

*ço* (LEFEBVRE, 2000) correspondentes à lei de valorização (HARVEY, 2013), promovendo a própria *valorização do espaço* (MORAES; COSTA, 1987). Evidentemente, tal empreendimento teórico não pode ser comportado no presente artigo, restando como um programa de estudos a ser executado em outro momento, dando continuidade a discussões acerca do próprio conceito de valorização do espaço conforme iniciado alhures (COSTA, 2021).

Em suma, entendemos que os *insights* da obra de Karatani – expostos ao longo do presente artigo e destacados nestas considerações finais – são valiosos na atualização de certos debates caros à Geografia, permitindo ver o planeta enquanto uma unidade (um sistema total composto de trocas materiais, incluindo trocas entre sociedade e a natureza) e ressaltar a urgência das questões ambiental e ecológica (atentando para os crescentes distúrbios metabólicos) sem recair num ecologismo ingênuo. Isto é: entendendo que a relação entre sociedade e natureza é determinada pelas formas sociais existentes de relação *entre* seres humanos dentro de um metabolismo social.

## REFERÊNCIAS

- BARBOUR, C. The structure of world history: from modes of production to modes of exchange. *Contemp Polit Theory*, n. 16, p. 290–292, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1057/cpt.2016.19>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- CASTREE, N. Marxism and the production of nature. *Capital & Class*, v. 24, n. 3, p. 5-36, out. 2000. DOI: <https://dx.doi.org/10.1177/030981680007200102> Acesso em: 31 mai. 2022.
- COSTA, B. M. R. Forma valor e valorização do espaço: notas para um debate na geografia crítica. *GeoTextos*, v. 17, n. 2, p. 13-36, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/geo.v17i2.46438>. Acesso em: 16 out. 2022.
- FOSTER, J. B. Marx's theory of metabolic rift: classical foundations for environmental sociology. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 2, p. 366-405, set. 1999. DOI: <http://dx.doi.org/10.1086/210315>. Acesso em: 31 mai. 2022.
- FOSTER, J. B.; CLARK, B. Marx's universal metabolism of nature and the Frankfurt School: dialectical contradictions and critical syntheses. In: ORMROD, James S. (org.) *Changing Our Environment, Changing Ourselves*. London: Palgrave MacMillan, p. 101-135, 2016.
- HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HILLANI, A. M.; TUPINAMBÁ, G.; CARON, J.-P.; MILLIE, J.; SILVEIRA, M.; PEDROSO, R. et al. Atlas of Experimental Politics (reduced version). *Ljubljana: ŠUM Journal*, 2021. Disponível em: [https://www.academia.edu/67951135/Atlas\\_of\\_Experimental\\_Politics\\_reduced\\_version\\_](https://www.academia.edu/67951135/Atlas_of_Experimental_Politics_reduced_version_). Acesso em: 31 mai. 2022.
- JAMESON, F. R. Ancient society and the new politics: from Kant to modes of production. *Criticism*, v. 58, n. 2, 2016 Disponível em: [x](#). Acesso em: 31 mai. 2022.
- KARATANI, K. An introduction to modes of exchange. *Kojin Karatani* (Official website), 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/030981680007200102> Acesso em: 31 mai. 2022.
- KARATANI, K. *The structure of world history: from modes of production to modes of exchange*. Durham: Duke University Press, 2014.



Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e  
do Departamento de Geografia  
da UFES

Volume 2, n. 35  
Julho-Dezembro, 2022  
ISSN: 2175-3709



KARATANI, K.; WAINWRIGHT, J. Critique is impossible without moves: in interview with Kōjin Karatani. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 1, p. 30-52, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2043820612436923> Acesso em: 31 mai. 2022.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1987.

RICHTER, S. The structure of world history: from modes of production to modes of exchange. Review of KARATANI, Kojin. *H-Asia, H-Net Reviews*, Apr. 2015. Disponível em: <http://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=42393>. Acesso em: 31 mai. 2022.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. Sociedade de espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 137-144.

SMITH, N. *Uneven development: nature, capital, and the production of space*. Athens (Georgia): The University of Georgia Press, 2008.

WAINWRIGHT, J. The spatial structure of world history. *Journal of Japanese Philosophy*, n. 4, p. 33-59, 2016. Disponível em: [https://www.pdcnet.org/collection/show?id=jjp\\_2016\\_0004\\_0033\\_0059&file\\_type=pdf](https://www.pdcnet.org/collection/show?id=jjp_2016_0004_0033_0059&file_type=pdf) Acesso em: 31 mai. 2022.

WARK, M. All power to the {historical} imagination! *Public Seminar*, 4 jan. 2015. Disponível em: <http://publicseminar.org/2015/01/karatani/>. Acesso em: 31 mai. 2022.